

**CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS**

**FACULDADE DE INHUMAS - FACMAIS**

**CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**THAIS FERREIRA DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA: reflexões sobre as aulas práticas escolares**

**INHUMAS - GO**

**2022**

**THAIS FERREIRA DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA: reflexões sobre as aulas práticas escolares**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

**Professor orientador: E**sp. Fernando Ferreira da Silva

**INHUMAS - GO**

**2022**

**THAIS FERREIRA DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA: reflexões sobre as aulas práticas escolares**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO(S) ALUNO(S)**

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Esp. Fernando Ferreira da Silva – FacMais

(orientador e presidente)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof .............. – FacMais

(Membro)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**BIBLIOTECA FACMAIS**

|  |
| --- |
| S586e  SILVA, Thais Ferreira da  A EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA: reflexões sobre as aulas práticas escolares/ Thais Ferreira da Silva. – Inhumas: FacMais, 2022.  46 f.: il.  Orientador (a): Fernando Ferreira da Silva  Monografia (Graduação em Educação Física) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, 2022.  Inclui bibliografia.    1. TEA; 2. Educação Física; 3. Integração; 4. Socialização. I. Título.  CDU:796 |

Dedico esta monografia ao meu filho Leonardo da Silva Ramos, que é minha razão de viver

**AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, que me fortaleceu para chegar ao fim desse desafio. A ti fiz uma homenagem simples demais para um Deus contudo, profunda demais para um homem. Perdoe-me pelos momentos de arrogância, pelos momentos de desânimo pelos momentos de descrença e também por às vezes pensar que estou sozinha e desamparada, enquanto na realidade estava todo tempo sendo observada, abraçada e protegida por ti Senhor.

Agradeço-te por tudo o que tens feito, pelas tuas promessas e por tudo o que és. Pelas tuas mãos estendidas nos momentos difíceis, por me fortalecer quando pensava em desistir da caminhada, por me fazer acreditar em mim e me capacitar a seguir em frente, com a esperança de que tudo acabaria bem. O senhor se fez presente em todos os momentos, firmes e trêmulos, e passo a passo pude sentir a sua mão na minha, transmitindo a segurança necessária para enfrentar meus caminhos e seguir.

" Porque sou eu que conheço os planos que tenho para vocês, diz o senhor, planos de fazê-los prosperar e não de causar dano, planos de dar a vocês esperança e um futuro " (JR 29 2:11-12).

Meu futuro começou a ser trilhado há quatro anos quando você, pai, apostou todas as fichas em mim. Enquanto era sonho, você foi minha âncora, meus pés no chão, e nunca duvidou da minha capacidade. Foi você que me ensinou virtudes indispensáveis e eu não poderia ter aprendido tudo que aprendi e ter me tornado uma pessoa melhor se você não existisse. A minha mãe, que me fez forte, agradeço por todas as orações e pelo seu amor dedicado a mim. Sou grata às minhas avós, os alicerces da minha vida. Agradeço ao meu esposo e ao meu filho Leonardo por compreenderem as várias horas em que estive ausente por causa da realização deste sonho.

À minha irmã, cunhado, sobrinhos, tios e tias, essa conquista também pertence a vocês que me devotaram tanto amor, que me guiaram e foram peças cruciais na minha formação pessoal. Primos e primas, vocês são a verdadeira definição de apoio e união todos são igualmente especiais e quero que sintam a extensão de toda minha gratidão.

Deixo um agradecimento especial ao meu orientador Fernando Ferreira da Silva, pelo incentivo e pela dedicação do seu escasso tempo ao meu projeto de pesquisa. Gratidão também a professora Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda, cuja dedicação e atenção foram essenciais para que este trabalho fosse concluído satisfatoriamente.

Aos professores (as), agradeço pelas experiências e conhecimentos compartilhados, pelo incentivo nos momentos de dificuldade, pela orientação contínua e por abrir novos horizontes e transmitir os segredos dessa árdua caminhada. Foi graças a ajuda de vocês que alcancei esta vitória e adquiri capacidade para seguir o caminho. Iniciarei agora uma nova etapa, e em cada trabalho realizado, em cada sucesso obtido, haverá um pouco de vocês. Meu eterno Muito obrigada!

Aos colegas de curso, agradeço a vocês que sempre estiveram comigo, mesmo não tendo laços familiares, mesmo de origem e pensamentos tão diferentes do meu, por absolutamente tudo. Sou grata por ouvirem meus desabafos, por entenderem minha falta constante, devido às obrigações que tomam nosso tempo, e por sempre estarem dispostos a serem o ombro amigo que precisei em bons e maus momentos. Agradeço a vocês, independentemente de onde nos conhecemos, porque amigo é a família que escolhemos para nós. Houveram desavenças, mas acima de tudo o que prevaleceu foram os bons momentos, e a alegria proporcionada por vocês. Vocês são responsáveis por eu ser uma pessoa melhor, e também foram essenciais em meu crescimento tanto humanístico como profissional. Espero que estejamos juntos, mesmo que separados, e que o laço se fortifique com o tempo.

O espaço escolar enquanto meio de produção e significação de saberes, deve oportunizar a participação de todos os educandos, a partir da perspectiva de uma educação inclusiva. Para que isto aconteça é necessário que a prática pedagógica considere a diversidade, as especificidades e subjetividade dos alunos, possibilitando o diálogo entre educador e educando.

Wesselovicz e Cazini (2019, p.126-127).

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABNT** Associação Brasileira de Normas Técnicas

**TEA** Transtorno do Espectro Autista

**LBI**  Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

**DSM-V**  Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

**LISTA DE FIGURAS**

**Figura 01** - Epidemiologia Sobre o Autismo

**Figura 02** - Prevalência de autismo em 2018

**RESUMO**

Este trabalho propõe examinar a inclusão de crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em na disciplina de Educação Física, bem como entender o papel da Escola e da Família na integração e socialização da mesma. Apresentamos o problema de nossa pesquisa, qual seja: Como incluir crianças com Transtorno do Espectro Autista nas aulas de Educação Física? Esse problema é relevante para a sociedade porque ainda há muito preconceito relacionado não somente com esse transtorno, mas com vários outros. Para tal compreensão, esta pesquisa utiliza-se da pesquisa bibliográfica para compor o conteúdo explorado com a intenção de trazer diferentes vozes que falam sobre a mesma temática. Os referenciais teóricos que nos darão pistas da temática serão construídos com base nas leituras de Araújo (2009), Bernardo e Cavazotti (2017), Freitas (2002), Oliveira (2015) dentre outros. As leituras dos trabalhos destes autores permitiram-nos perceber um viés de análise que procura evidenciar como ocorre a inclusão escolar das crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista. Concluiu-se com esse estudo que a criança que apresenta o Transtorno do Espectro Autista pode sim ser incluída nas aulas de Educação Física levando em conta que o professor seja capacitado para lidar com essa situação e consiga trabalhar com diferentes modelos de atividades a fim de ajudar a desenvolver todas habilidades possíveis de cada criança, sempre considerando a individualidade de cada uma.

**Palavras-chaves:** TEA. Educação Física. Integração. Socialização.

**ABSTRACT**

This work proposes to examine the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Physical Education classes, as well as to understand the role of School and Family in their integration and socialization. We present the problem of our research, which is: How to include children with Autism Spectrum Disorder in Physical Education classes? This problem is relevant to society because there is still a lot of prejudice related not only to this disorder, but to several others. For this understanding, this research uses bibliographic research to compose the content explored with the intention of bringing different voices that speak about the same theme. The theoretical references that will give us clues about the theme will be built based on the readings of Araújo (2009), Bernardo and Cavazotti (2017), Freitas (2002), Oliveira (2015) among others. Reading the works of these authors allowed us to perceive an analysis bias that seeks to show how the school inclusion of children with Autism Spectrum Disorder occurs. It was concluded with this study that the child who has Autism Spectrum Disorder can be included in Physical Education classes, taking into account that the teacher is able to deal with this situation and can work with different models of activities in order to help to develop all possible abilities of each child, always considering the individuality of each one.

**Keywords:** Autism Spectrum Disorder. Physical education. Integration. Socialization.

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO......................................................................................................... 11**

**1 EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ..................................................................... 12**

**1.1 Educação Física Inclusiva.................................................................................................................. 12**

**1.2 A Formação do Professor de Educação Física…………............................. 14**

**2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA ................... 17**

**2.1 Aspectos e Características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) .... 17**

**2.2 Educação Física e Inclusão de Crianças com TEA .................................... 19**

**2.3 Escola Família e Relação da Criança com TEA .......................................... 22**

**3 PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS COM TEA ……….….26**

**3.1 Dificuldades e Soluções Para a Prática de Esportes Por Crianças com TEA …………………………………………………………………………….………..….26**

**3.2 Benefícios da natação para crianças com TEA …………………….…….. 28**

**3.3 Futebol e basquete para crianças com autismo ………..………………….29**

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS................................................................................... 31**

**5 REFERÊNCIAS .................................................................................................... 33**

**INTRODUÇÃO**

Este trabalho propõe examinar a inclusão de crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física, bem como entender o papel da Escola e da Família na integração e socialização da mesma. Ele consiste em mais um esforço no sentido de promover compreensão de que a TEA não é um problema que impeça as crianças de terem uma vida normal, e pretende contribuir para a compreensão de certos parâmetros que nortearam o paradigma de que as crianças com TEA são, de algum modo, incapacitadas de praticarem exercícios físicos.

Para tanto, é necessário que possamos entender as reais necessidades dos alunos compreendendo as suas diferenças e envolvendo a comunidade escolar e família numa relação mais próxima e humana. Nessa proposta, não cabe o processo de exclusão, mas uma análise de como pensamos e agimos diante do diferente, com mais empatia e humanidade. Com isso, através dos objetivos específicos buscaremos compreender como as aulas acontecem e refletir sobre as ações utilizadas em sala de aula.

Ante o exposto, apresentamos o problema de nossa pesquisa, qual seja: Como incluir crianças com Transtorno do Espectro Autista nas aulas de Educação Física? Esse problema é relevante para a sociedade porque ainda há muito preconceito relacionado não somente como esse transtorno, mas com vários outros e, além disso, pouco se discute sobre essa temática o que causa a ideia de que uma mesma forma de tratar uma pessoa com TEA vai servir para cuidar de outra, e não é bem esse o caminho.

Esta pesquisa se justifica socialmente pelo fato desta pesquisa poder contribuir para a conscientização da sociedade proporcionando o conhecimento sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Educação Física. Os desafios são grandes e a relação entre escola e família é essencial para que haja um aprendizado por parte dos alunos e que esse ensino seja relevante para o aluno e suas necessidades.

Esta pesquisa se justifica cientificamente, pois pode contribuir para a problematização e a urgência de se pensar possibilidades que trabalhem ações propositivas para as crianças com TEA em ambiente escolar. Essas práticas precisam despertar o interesse das crianças para que elas possam participar de forma ativa e inclusiva.

A pesquisa parte da hipótese de que é de extrema importância que as escolas ofereçam aulas de Educação Física inclusivas e que possam contribuir para uma formação humana e com equidade.

Para tal compreensão, esta pesquisa se utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica para compor o conteúdo explorado com a intenção de trazer diferentes vozes que falam sobre a mesma temática. Os referenciais teóricos que nos darão pistas da temática serão construídos com base nas leituras de Araújo (2009), Bernardo e Cavazotti (2017), Freitas (2002), Oliveira (2015) dentre outros. As leituras dos trabalhos destes autores permitiram-nos perceber um viés de análise que procura evidenciar como ocorre a inclusão escolar de crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista. As bibliografias utilizadas foram buscadas na Biblioteca da FacMais, no acervo particular do professor-orientador, na biblioteca virtual e também em textos científicos da internet em plataformas digitais como o Google Acadêmico.

Para tal a pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo será apresentado os benefícios da prática da educação física inclusiva, com foco em como ela pode ajudar a desenvolver não só a saúde do corpo, mas também contribuir para o desenvolvimento intelectual e para a educação moral.

No segundo capítulo será apresentado as características que compõem o Transtorno do Espectro Autista bem como mostrar as melhores formas de lidar com esse distúrbio do neurodesenvolvimento.

No terceiro capítulo foi apresentado os resultados e discussões como forma de acrescentar e responder os nossos objetivos: geral e específicos.

1. **EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO**

Este capítulo objetiva apresentar os benefícios da prática da educação física inclusiva, com foco em como ela pode ajudar a desenvolver não só a saúde do corpo, mas também contribuir para o desenvolvimento intelectual e para a educação inclusiva.

**1.1 Educação Física Inclusiva**

A Educação Física ao longo de sua história nos revelou como sendo uma disciplina que exclui e segrega, pois enfatizava e, em algumas situações atuais enfatiza uma formação tecnicista e com uma visão técnica dos movimentos impossibilitando e/ou limitando a prática de alguns movimentos e a participação das pessoas com necessidades especiais nas aulas.

Com as mudanças advindas com o tempo, as pessoas com necessidades especiais buscaram seus direitos e com isso a LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à inclusão social e cidadania”, passou a assegurar esses direitos.

A LBI trata de diferentes ferramentas que promovem a garantia de que todos os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados, para que assim elas possam se defender da exclusão, da discriminação, do preconceito e da ausência de acesso real a todos os setores da sociedade. A LBI conseguiu validar o dispositivo do Código Civil Brasileiro que colocava as pessoas que não tinham o discernimento suficiente para a prática de atos da vida civil, em razão de doença ou deficiência mental, como totalmente incapazes.

Através dessa validação, foi possível garantir às pessoas com deficiência o direito de casar ou constituir união estável, entre outros aspectos. Além disso, a LBI promoveu alterações no Código Civil que passou a estabelecer que as pessoas que, por motivo transitório ou permanente, não puderem expressar sua vontade, são consideradas incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercerem. Ou seja, as pessoas com deficiência deixaram de ser consideradas absolutamente incapazes, e passaram a ser classificadas como relativamente incapazes.

Contudo, o estímulo da inclusão de crianças e jovens na participação da Educação Física na escola vem se tornando uma pauta muito discutida no cenário educacional e, junto com isso, a Educação Física inclusiva tem muito a acrescentar nesse quesito, por ser uma disciplina em que os alunos desenvolvem determinadas habilidades, inclusive motoras que são de extrema importância para melhoria de suas capacidades.

Segundo Wesselovicz e Cazini (2019, p.126-127).

O espaço escolar enquanto meio de produção e significação de saberes, deve oportunizar a participação de todos os educandos, a partir da perspectiva de uma educação inclusiva. Para que isto aconteça é necessário que a prática pedagógica considere a diversidade, as especificidades e subjetividade dos alunos, possibilitando o diálogo entre educador e educando. Sendo assim, por meio da mediação do professor é possível buscar caminhos durante as ações educacionais que contribuam na formação de todos os sujeitos, todavia, alguns aspectos não colaboram para a efetivação das propostas do ensino inclusivo, limitando então, a efetiva participação de todos na construção do saber.

Diante disso, é importante lembrar que a algum tempo atrás, a disciplina de Educação Física era voltada apenas à prática da ginástica e com finalidade de apenas deixar o corpo saudável. Porém, após diversas reformas na grade curricular das escolas, foi possível perceber que os benefícios da Educação Física iam além apenas do físico, contribuindo também na educação moral e intelectual dos estudantes. Segundo Bernardo Silva e Cavazotti (2017, p. 705) explicam que

[...] a finalidade da educação física é transmitir o conhecimento científico da categoria cultura corporal, objetivando, assim, uma passagem da prática social em si à prática social para si. Isto é, a prática pedagógica deve preconizar e, por isso, apresentar elementos concretos que possibilitem ao aluno a compreender e intervir na totalidade concreta do mundo real. Tal questão somente é possível se o indivíduo compreender a essência dos fenômenos e dos objetos constituídos socialmente pelo conjunto dos homens no decorrer da história. A cultura corporal é um conjunto de práticas corporais criadas pelos indivíduos, portanto, é uma parcela da cultura que deve ser assimilada pelos alunos de uma forma que faça com que esses indivíduos compreendam a essência que “movimenta” essas práticas corporais de maneira geral e particular.

É necessário enfatizar que a cultura corporal é definida como um conjunto de valores que correspondem ao corpo, podendo serem vistos através de diferentes perspectivas tais como a física, a ética, e a perspectiva social. A cultura corporal está bastante relacionada com a cultura do movimento de forma que abrange diversas práticas físicas tais como os esportes, a dança, as artes de expressão corporal, dentre várias outras. Essa cultura tem muito valor para a sociedade de modo que ela se enriquece e cresce dia a dia através de várias práticas, desde danças, manifestações artísticas até mesmo os esportes (GRAMORELLI, 2014).

De acordo com essa explicação, entende-se então que, quando se fala em Educação Física inclusiva, o principal objetivo que vem à mente é o de garantir o desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor de todos os alunos, inclusive dos que apresentam alguma deficiência seja ela física ou intelectual.

A educação física inclusiva traz inúmeros benefícios, não só para alunos com deficiência, mas para a sociedade escolar como um todo. Dentre esses benefícios podemos citar a melhoria na coordenação motora e autoestima, a contribuição para a inclusão social bem como a redução do estresse, além da prevenção de doenças do coração e respiratórias, e geração de mais empatia. É importante salientar que esse tipo de atividade existe desde a década de 1960 aqui no Brasil, porém ainda é pouco utilizada nas escolas e universidades que oferecem a disciplina (SANTOS, 2016).

De acordo com Santos (2016, p.60) muito se fala em educação inclusiva, porém

[...] no dia a dia, vivenciamos o desmantelamento de uma escola pública que, diante do direito universal à educação, abriu seus portões às diferenças, mas se manteve nos moldes tayloristas, pensando a igualdade como uniformidade e não como direito à diversidade e que, na tentativa de promover o aumento nos índices de rendimento escolar, assegurou a distância entre os resultados de sua prática e a redução da desigualdade. [...] a inclusão sem planejamento e estrutura, em tempos de substituição da força de trabalho pela tecnologia, é muito mais cruel que a exclusão, por gerar condições sub-humanas de vida ao incluir, de modo precário, na economia os excluídos do plano social.

O que se nota é, na teoria tudo perfeito, a ideia de inclusão encaixa super bem na sociedade, é bem-aceita pelas pessoas e sofre intervenção de todos os lados, porém, na realidade, essa inclusão ainda sofre muito preconceito e é bem pouco discutida para encontrar soluções que realmente funcionem, o que acaba colaborando para a exclusão escolar. O foco nessa inclusão necessita ser maior debatida para que de fato haja a execução desse ideal de educação inclusiva.

Os fatores de exclusão escolar são muitos e vão além dos muros escolares. Diversos obstáculos impedem que as crianças estejam nas salas de aula tendo assegurado seu direito de permanecer estudando, de progredir na aquisição de conhecimento e de concluir toda a educação básica na idade certa. As barreiras podem ser socioculturais e econômicas, sendo vinculadas com a oferta educacional e provavelmente engloba questões políticas, financeiras e técnicas (FERRARO, 2004).

As barreiras consideradas socioculturais englobam a discriminação racial, o preconceito, o bullying, a homofobia e a transfobia, a exposição dos meninos e meninas à violência e a gravidez na adolescência, entre outras problemáticas. Já as barreiras econômicas estão relacionadas com a pobreza, incluindo o trabalho infantil e outras proibições de direitos que elas possuem, além de problemas relacionados ao abuso e à exploração sexual (FERRARO, 2004).

Entre as barreiras que se relacionam com a oferta educacional, estão a utilização de conteúdos que se distanciam da realidade dos alunos, a não valorização dos professores de forma geral, o número insuficiente de escolas para a quantidade excessiva de matrículas, a falta de acessibilidade para alunos com deficiência dentre várias outras problemáticas (FERRARO, 2004).

De forma mais específica, os estudos de Mantoan (2003, p.13) explicam que

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é a massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela. [...] Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe.

Fica evidente, então, que o problema da exclusão escolar está fortemente ligado a outros processos de exclusão. Há uma vulnerabilidade muito grande relativa a essa evasão que, como visto, possui diferentes motivos, e todos precisam ser levados em conta para que se possa compreender porque os alunos evadidos, em sua maioria, não retornam à escola.

É preciso que a escola como um todo tenha um preparo que aborda o máximo de diversidade que cada aluno pode trazer para a sala de aula. A formação do professor também precisa deixar de ser engessada apenas nas teorias e começar a abordar a realidade da sala de aula de forma mais relacionada com a realidade do aluno.

**1.2 A Formação do Professor de Educação Física**

A Educação Física apresenta inúmeros benefícios tanto físicos quanto mentais e, por esse motivo, ela precisa ser trabalhada de forma inclusiva para que as crianças especiais possam também aproveitar esses benefícios. O estudo de Aguiar (2002), explica que foi através da Constituição da República Federativa de 1988 que os estudos voltados para a Educação Física inclusiva no Brasil aumentaram.

Essa constituição trouxe a oportunidade para que a estrutura básica que hoje permite que o Ministério Público, através das ações civis públicas e das medidas de proteção, atue na defesa dos interesses das pessoas com deficiência em situações básicas, como saúde, educação, trabalho, acessibilidade, lazer e cultura.

O artigo 227 da Constituição Federal de 88, em relação a inclusão, diz que

**Art. 227**. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. §1º- O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos: (...) II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (...) §2º- A lei disporá sobre normas de construção de logradouros e edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Nota-se que o sistema educacional do Brasil passou, e ainda passa, por grandes mudanças nos últimos anos e tem conseguido cada vez mais respeitar a diversidade de alunos existentes, garantindo a convivência e a aprendizagem de todos e promovendo práticas de inclusão. Santos (2016, p.58-59) relata sobre essa ideia de inclusão escolar que

[...] em tempos de globalização, o mesmo pode significar uma massa de crianças dentro de uma escola incapaz de proporcionar condições para essas usufruírem da riqueza material e cultural produzida pela humanidade, e considera a fragilidade da perspectiva política de “educação inclusiva” que, enquanto meta a ser alcançada, fica entregue ao futuro. [...] considera que, em meio a uma sociedade excludente, as diferentes expressões do fracasso escolar continuarão se abatendo sobre os deserdados sociais, sejam eles deficientes ou não, com transtorno ou não, na medida em que nós desconsiderarmos que a responsabilidade por todos é de todos, que a superação de assimetrias é imprescindível, que é imperativo substituir filantropia por cidadania e, desta forma, ampliar as possibilidades de participação e transformação social.

Essas práticas educacionais, que promovem a inclusão na escola regular dos alunos com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla), com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades, demonstram a mudança de paradigma que está sendo acolhida pelas equipes pedagógicas. Essas ações evidenciam os esforços dos educadores em ensinar a turma de modo geral, sem colocar como barreira a necessidade especial de determinados alunos, e isso representa um conjunto valioso de experiências.

Porém, ainda há um longo caminho a se percorrer, pois a educação inclusiva como modalidade de ensino ainda está se difundindo no contexto escolar. Para que ela se torne efetiva, é necessário dispor de redes de apoio que complementam o trabalho do professor. Primeiro de tudo, é muito importante entender que além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é preciso que os educadores olhem para as competências dos alunos, e não somente para suas limitações. É exatamente por isso que a formação inicial e continuada do professor de Educação Física precisa estar conectada ao cotidiano escolar da criança.

A educação inclusiva não visa importar métodos e técnicas especializados para a classe regular, mas sim, ser um sistema de suporte permanente e efetivo para os alunos especiais incluídos nessa classe, bem como suporte para seus professores. É preciso entender que a Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou separado da educação regular, ela se tornou um conjunto de recursos que a escola regular deve dispor para atender à diversidade de seus estudantes.

O contexto da sala de aula inclusiva precisa considerar que os conteúdos escolares são objetos da aprendizagem, e que aos alunos cabe atribuir significados a esses objetos bem como construir conhecimentos, e o professor assume a função de mediar esse processo. Ou seja, o papel do professor de Educação Física é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o mesmo a se sentir apto para realizá-las. É utilizando essa dinâmica que o professor consegue selecionar procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver os conflitos cognitivos que surgem nesse processo de ensino inclusivo.

Nessa lógica, nota-se o quão importante é a formação inicial e a formação continuada do professor. Essa fase precisa possibilitar que o professor consiga desenvolver as habilidades necessárias para lidar com a inclusão das crianças. Quando essas etapas são concluídas de forma satisfatória, o professor é capaz de planejar e organizar novas metodologias de ensino que englobam a inclusão das crianças com TEA, ele consegue fazer a análise e identificação dos principais obstáculos no ensino, passa fazer a ampliação do processo de gestão de classe, bem como começa a aderir a novas ferramentas de ensino que possibilitam a inclusão da criança, além de conseguir criar um processo de ensino mais atrativo e envolvente para os mesmos, garantindo maior engajamento das aulas (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999).

Segundo o estudo de Gatti (2008), para que ocorra a melhoria na qualidade do sistema educacional ela precisa passar pela transformação do professor, transformando a formação inicial e continuada etapas vitais para que esse processo de melhoria se torne concreto frente as rápidas transformações que ocorrem na estrutura da sociedade, devendo esses projetos, através das políticas públicas, abrangerem a melhoria nas condições de trabalho do professor, piso salarial digno e planos de cargos e carreira para os mesmos.

O professor precisa ter uma formação que o permita desenvolver diferentes metodologias, diferentes formas de avaliação do aluno e que consiga trabalhar com a adaptação das aulas para inclusão das crianças. Quando esses procedimentos de ensino privilegiam a construção coletiva do conhecimento e são organizados com base nas necessidades dos alunos, faz-se preciso considerar os diferentes estilos, ritmos e interesses de aprendizagem de cada um.

Mantoan (2003, p.29) explica que

Conhecemos os argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à inclusão — eles refletem a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos. Os alunos não são virtuais, objetos categorizáveis — eles existem de fato, são pessoas que provêm de contextos culturais os mais variados, representam diferentes segmentos sociais, produzem e ampliam conhecimentos e têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam. Em resumo: esses grupos de pessoas não são criações da nossa razão, mas existem em lugares e tempos não ficcionais, evoluem, são compostos de seres vivos, encarnados! O aluno abstrato justifica a maneira excludente de a escola tratar as diferenças. Assim é que se estabelecem as categorias de alunos: deficientes, carentes, comportados, inteligentes, hiperativos, agressivos e tantos mais. Por essa classificação é que se perpetuam as injustiças na escola. Por detrás dela é que a escola se protege do aluno, na sua singularidade. Tal especificação reforça a necessidade de se criarem modalidades de ensino, de espaços e de programas segregados, para que alguns alunos possam aprender.

Ou seja, é importante entender que todos os estudantes são singulares e suas necessidades educacionais podem necessitar de apoio e recursos diferentes uns dos outros. Partindo disso, é claro que a avaliação da aprendizagem, por sua vez, precisa ser coerente com os objetivos, as atividades e os recursos selecionados para o desenvolvimento desses procedimentos de ensino. Assim, se o processo de aprendizagem for redimensionado, a avaliação também precisa ser.

Partindo dessa lógica, a avaliação processual, que é realizada por intermédio do professor durante todas as atividades, pode se tornar mais esclarecedora, pois ela passa a fornecer dados sobre o desempenho do aluno em situações diferentes, e essa forma de avaliação acaba facilitando o reconhecimento das necessidades dos alunos, além de permitir que o professor consiga redimensionar os indicadores de aprendizagem utilizados.

Essas observações feitas do desempenho dos alunos são excelentes ferramentas para a adaptação do planejamento do professor para o ensino inclusivo (MANTOAN, 2003). Os resultados obtidos acabam sempre sendo consistentes quando são considerados os indicadores de aprendizagens de acordo com a intencionalidade do ensino. É claro que o planejamento e a organização dessas estratégias de ensino variam de acordo com o estilo próprio de cada professor, porém, é importante que o planejamento possua uma certa flexibilidade na abordagem do conteúdo, na promoção de múltiplas formas de participação nas atividades educacionais e na recepção dos diversos modos de expressão advindas dos alunos.

O professor precisa levar em consideração, na hora do planejamento, fatores como tempo e estratégias para conhecer seus alunos, em especial aqueles que poderão precisar de apoios específicos para desenvolvimento de suas habilidades. Para que haja uma boa compreensão sobre as necessidades dos alunos e suas condições de aprendizagem, a observação precisa ser feita através de diferentes estratégias e em diversos momentos da aula. Os critérios de observação utilizados precisam ser selecionados de acordo com o currículo escolar, bem como nas habilidades consideradas previamente no planejamento.

Além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é importante que os professores de educação física olhem para as capacidades dos alunos, e não apenas para suas limitações. A educação especial como modalidade de ensino ainda está se encaixando no contexto escolar. Porém, para que ela se torne efetiva, é preciso que a escola disponha de redes de apoio que consigam complementar o trabalho do professor.

Na sala de aula inclusiva os conteúdos escolares são tomados como objetos da aprendizagem, os alunos fazem o papel de atribuir significados e construir conhecimentos através do que lhes é ensinado e o professor assume a função de mediar esse processo (BARDY ET AL, 2013). O professor de Educação Física precisa intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando a criança a se sentir capaz de fazê-las. É através dessa dinâmica que o professor vai conseguir selecionar métodos de ensino e de apoio para conseguir compartilhar, confrontar e resolver conflitos que exijam sua capacidade cognitiva.

Quando os procedimentos de ensino privilegiam a construção coletiva e são organizados com base nas necessidades dos alunos, leva-se em conta os diferentes estilos, ritmos e interesses de aprendizagem de cada um. Ou seja, todos os estudantes são diferentes e suas necessidades educacionais poderão requerer apoio e recursos diferenciados. A avaliação da aprendizagem, por sua vez, deverá ser coerente com os objetivos, as atividades e os recursos selecionados. Se o processo de aprendizagem for redimensionado, o procedimento de avaliação também deverá ser.

1. **A EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA**

Este capítulo objetiva apresentar as características que compõem o Transtorno do Espectro Autista bem como mostrar as melhores formas de lidar com esse distúrbio do neurodesenvolvimento.

**2.1 Aspectos e Características do Transtorno do Espectro Autista (TEA)**

O desenvolvimento atípico da pessoa, manifestações comportamentais diferentes, déficits na comunicação e na interação social, além de formar padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades.

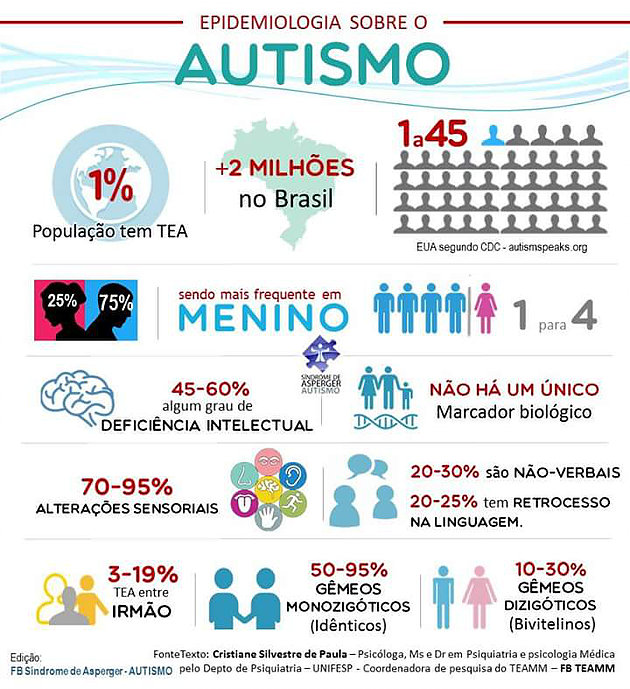
Santos (2016, p. 39), em seu estudo, explica mais detalhadamente que

Nos manuais de desordens mentais o TEA é apresentado como um distúrbio, que se manifesta em espectro, ou seja, trata-se de um funcionamento anormal ou em atraso na interação social, na comunicação verbal e não verbal, e nos padrões de comportamento, que nunca desponta da mesma forma em duas ou mais crianças; pode ser acompanhado, em diferentes graus, tanto de altas habilidades quanto de deficiência intelectual, e não se mostra por meio de características físicas. Ao pesquisar quando as crianças com TEA ganham visibilidade na escolarização, foi possível constatar que, no Brasil, esse fato é recente. Até 2012, elas não usufruem do arcabouço de direitos legais previstos para as pessoas com deficiência. [...] Antes da promulgação da Lei n.º 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a pessoa com TEA se afastava do conceito de pessoa com deficiência e, em virtude disso, não tinha assegurado os mesmos direitos que os considerados deficientes, e seu atendimento podia se restringir ao âmbito da Saúde Mental. A partir dessa conquista, fruto da luta de entidades representativas de defesa dos direitos das pessoas com TEA, estas passam a ser destinatárias dos mesmos direitos previstos em lei para as pessoas com deficiências.

Com base nesse exposto, é importante salientar que, o Transtorno do Espectro Autista (TEA), resulta no comprometimento do desenvolvimento e no que diz respeito aos comportamentos atípicos envolvidos na interação social. Vale ressaltar que, normalmente crianças autistas mais jovens, demonstram ser mais resistentes à interação, enquanto os mais velhos são mais abertos à comunicação. É necessário ter um tratamento e acompanhamento estruturado, visto que o sucesso do tratamento depende de profissionais qualificados na área, que saibam trabalhar em grupo e com a família.

A imagem a seguir apresenta um resumo das características que compreendem uma pessoa que apresenta esse Transtorno do Espectro Autista:

**Figura 01 -** Epidemiologia Sobre o Autismo



**Fonte:** Google Imagens

Como é possível notar, esse transtorno atinge pouco mais de 1% da população mundial, tendo mais de 2 milhões de casos no Brasil com uma estimativa de que uma a cada quarenta e cinco pessoas nascem com esse transtorno. Além disso, a ocorrência maior da TEA é em pessoas do sexo masculino, sendo75%, e apenas 25% do sexo feminino.

Cerca de 45% a 60% das pessoas com TEA possuem também alguma deficiência intelectual, de 70% a 95% apresentam alterações sensoriais. Existem dois grandes núcleos de dificuldades associados ao TEA em relação a essas alterações sociais, sendo elas déficits na comunicação social e comportamentos restritos e repetitivos. As alterações sensoriais são observadas como padrões repetitivos de comportamento que se manifestam como uma hiper ou hipo reatividade sensorial. No TEA é possível perceber com frequência a hipersensibilidade a barulhos, ao toque e até a cheiros. Também é possível perceber hipossensibilidade a dor ou à temperatura, seja ela alta ou baixa (Júlio costa & Antunes, 2017).

Essa outra figura a seguir representa o crescimento do nascimento de pessoas com TEA entre 2004 e 2018 em escala mundial

**Figura 02:** Prevalência do autismo mundial em 2018



**Fonte:** Center of Diseases Control and Prevention – CDC, dos EUA, 2018.

É possível notar o quanto cresceu a taxa de nascimento de pessoas com TEA de 2004 para 2018, que foi de 1 criança a cada 166 para 1 criança a cada 59. Além desse crescimento, é importante lembrar que esse distúrbio pode ser percebido desde cedo, através de sinais de alerta no neurodesenvolvimento da criança que ocorrem já nos primeiros meses de vida, podendo se estabelecer um diagnóstico por volta dos 2 a 3 anos de idade. Faz-se importante salientar que, de acordo com Santos (2016, p.40)

[...] não há como afastar a pessoa com TEA do conceito de pessoa com deficiência, visto que essa desordem em espectro, independentemente do grau de intensidade com que se manifeste, não prediz as dificuldades que a pessoa enfrentará na vida. Como em qualquer outra deficiência, sua participação na escola e na sociedade, de forma efetiva, poderá ser reduzida ou plena em decorrência das condições de interação com o meio.

Entendido isso, ao conseguir perceber essa identificação de atrasos no desenvolvimento da criança, se torna possível realizar o diagnóstico oportuno do TEA e assim fazer o encaminhamento da criança para a realização de intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível, o que pode resultar em melhorias a longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral.

É preciso quebrar o estereótipo de que crianças com TEA são incapazes de ter uma vida normal e realmente passar a incluir essas crianças no contexto social normal. Porém, Santos (2016, p.44) lembra que

Ao invés disso e apesar dos ideais inclusivos, muitas vezes, incorporamos o discurso de que essas crianças possuem características mentais e emocionais que exigem um tratamento diferenciado e, assim, justificamos ou os limites estabelecidos às possibilidades de convívio e aprendizado entre os diferentes, ou as práticas escolares voltadas à adaptação e à normatização. [...] Enquanto para a maioria das pessoas conviver socialmente é um aprendizado natural, para a pessoa com TEA estabelecer contato visual, interpretar gestos e expressões faciais, combinados ou não com a linguagem oral representa um grande desafio. Toda pessoa com TEA encontra dificuldade para entender e responder adequadamente às situações sociais.

Isso quer dizer que, a dificuldade não advém do fato de a criança ter TEA, mas sim que todas as pessoas enfrentam desafios no processo de ensino e isso precisa ser tratado com normalidade. Para isso, a escola e a sociedade precisam contemplar todos os aspectos de acessibilidade que englobam esse transtorno tais como o comunicacional, a arquitetônica, a pragmática, a metodológica, a atitudinal e a instrumental. É evidente que o maior desafio a ser enfrentado é o preconceito e a falta de informações das pessoas com relação a TEA. Assim, a inclusão dessas crianças é uma luta diária, que requer uma mudança de atitude, flexibilidade, capacidade de empatia, solidariedade e sobretudo respeito ao próximo.

É uma luta de todos nós para uma sociedade melhor para todos. Portanto, não só as pessoas com TEA poderão ter seus direitos garantidos e serem respeitados como cidadãos, mas que todos possam ter uma qualidade de vida digna e terem seu projeto de vida com autonomia e independência.

**2.2 Educação Física e Inclusão de Crianças com TEA**

Por muito tempo, a Educação Física no Brasil almejava o exercício apenas como forma de alcançar um bom condicionamento físico e obter um corpo saudável. Este pensamento não é de todo errado, porém, com o passar do tempo e o desenvolvimento da sociedade, as práticas físicas evoluíram para além de servir apenas para melhoria física, já que através do movimento corporal é possível mostrar aos mundos traços da personalidade e as características únicas que cada pessoa possui. Seja em uma simples atividade como a caminhada até a escola ou até mesmo o ato de sentar e levantar da cadeira na sala de aula, é possível perceber a relação direta com as vivências corporais.

Proença e Santos (2020, p.5) explica que

O uso da Educação Física como meio de ensino para a criança com TEA contribui no desenvolvimento das habilidades sociais e melhoria da qualidade de vida, porém a Educação Física, assim como qualquer outro profissional de forma isolada, não é capaz de suprir todas as necessidades da criança com TEA, uma vez que a mesma necessita da atuação de uma equipe multidisciplinar.

É notório então que muito se fala em inclusão, porém, o que acontece é que em muitas situações, a escola possui uma grande dificuldade em incluir os alunos com TEA nas aulas de educação física justamente por causa do olhar de que a disciplina serve apenas para o condicionamento físico. O problema é que muitos professores não percebem que ter o movimento como ferramenta principal das aulas possibilita muitas oportunidades para a adaptação e inclusão do aluno com TEA, e quando isso não é observado, o mesmo acaba perdendo a chance de ampliar as aquisições de habilidades motoras e sociais que o ajudariam bastante.

É importante ressaltar que, ao falar de inclusão da criança com TEA, ela não ocorre apenas no ambiente escolar. Mesmo com esse problema dentro da escola, fora desse contexto, a educação física tem se ampliado mais e há uma enorme possibilidade de existir diversas modalidades de atividades sendo praticadas em academias, clubes e parques.

Nessa ótica, Melo, Fiorini e Coqueiro (2019, p.84) relatam que

No contexto escolar, a Educação Física é uma área que tem grande influência na inclusão e no desenvolvimento de alunos com TEA. Para que se promova a inclusão escolar e o desenvolvimento com sucesso, os docentes precisam ter um entendimento profundo sobre o desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial, entendimento sobre os exercícios físicos que pretende passar a seus alunos e um entendimento sobre os métodos e o planejamento que irá aplicar. a Educação Física auxilia no desenvolvimento de habilidades sociais, melhorando a qualidade de vida dos alunos com TEA. Mas, para um desenvolvimento positivo, o professor necessita conhecer cada aluno de forma individual, pois, cada aluno com TEA tem suas características próprias.

Desse modo, a procura por profissionais que sejam capacitados para atender crianças e adolescentes com TEA vem crescendo também. Essa demanda cria uma expectativa otimista em relação à mudança de perspectiva das famílias que têm crianças que fazem parte desse espectro. Com essa possibilidade, elas não precisam mais buscar apenas a terapia para suas crianças, elas conseguem encontrar atividades diferenciadas para essas crianças, inclusive a atividade física.

Contudo, apesar de toda essa expectativa, ainda há um caminho de aceitação a ser percorrido. O aumento da procura não significa que as crianças com TEA consigam ter fácil acesso a essas atividades, já que o sedentarismo é comum até em crianças típicas. A falta de exercícios traz cada vez mais riscos à saúde, ainda mais aliado ao alto consumo de comidas industrializadas, e isso influência até mesmo a interação dessa criança com o meio ambiente devido ao grande avanço da tecnologia que tem facilitado cada vez mais o sedentarismo delas, interferindo no relacionamento com a comunidade em que estão inseridas.

Esse agravante com as crianças que precisam de mais ajuda para ter vivências adequadas precisa ter um olhar mais apurado por parte do professor de educação física justamente por ela se tornar mais importante quando se pensa na inclusão de autistas. É preciso compreender que os pais já enfrentam dificuldades para achar uma modalidade de atividade e além disso professores que possam não somente aceitar essa criança, mas também observar de forma atenta seus potenciais que podem ser desenvolvidos. É preciso também entender que, por mais que se fale de tratar normalmente a criança com autismo, o mesmo possui suas particularidades se comparado às crianças típicas, e assim os parâmetros para lidar com elas sejam um pouco diferentes, porém isso não quer dizer que ela tem incapacidade para evoluir.

Quando o foco fica apenas nas características do autismo que dificultam o processo de comunicação e interação social da criança, corre o risco de fixar as ideias apenas nesses aspectos, o que deixa a situação mais complexa do que parece. Porém, quando se encara a atividade física como estratégia para adaptação e ampliação do aprendizado da criança com TEA, acontece a valorização das diversas possibilidades que o movimento oferece, abrindo um leque de opções de atuação para os professores de educação física que possuem inclinação para essas práticas inclusivas.

Além disso, Proença e Santos (2020, p.5) enfatizam que

A inclusão é um processo que beneficia não só a criança especial, mas também as demais, que passam a lidar com situações diferentes dos habituais, em que os alunos podem exercer a aceitação, a empatia, o convívio com as diferenças, sendo essas experiências imprescindíveis para o desenvolvimento das mesmas.

É necessário entender que, apesar de o exercício servir como elemento base, o professor ou terapeuta que lida com a TEA precisa aprender a analisar quais são as prioridades dela e pensar em estratégias criativas já que, de modo geral, o autismo tem seus padrões, porém um mesmo método não funciona com todos, justamente por causa da individualidade que cada pessoa possui para aprender e até mesmo por conta do histórico de vida de cada uma. A criança autista possui limitações que são conhecidas dentro do *[espectro](https://autismoerealidade.org.br/2019/12/06/do-leve-ao-severo-todos-os-lados-do-espectro-autista/)*, porém não deve ser desconsiderada a condição individual de cada uma e muito menos o tipo de intervenção a qual cada indivíduo pode ter acesso.

Proença e Santos (2020, p.5) reforça que

O professor deve realizar atividades coerentes com a realidade da criança, pois, se não o fizer pode acabar por dificultar a aprendizagem e até mesmo causar frustração, que pode ser desmotivante para a criança, o que faz com que ela não queira mais participar. É primordial utilizar um local com pouco estímulo visual e auditivo, pois o aluno pode se distrair e se desinteressar pela atividade. As atividades devem ser selecionadas conforme a idade cronológica e precisam ter começo, meio e fim, tais como circuito com obstáculos, transposição de objetos, mudanças de direção, equilíbrio dinâmico e estático, saltos, lançamentos e jogos de bola ajudam na aquisição de habilidades motoras e são atividades atraentes para a criança com TEA.

Por fim, compreende-se que a criança com TEA pode ter acesso às mesmas atividades que as outras, desde que o professor de educação física esteja habilitado a lidar com estratégias para inclusão dos mesmos. Isto vai ajudar a criança a desenvolver habilidades básicas para tarefas simples do dia a dia, eliminando assim o sedentarismo.

**2.3 Escola, família e a relação da criança com TEA**

Em relação à escola é preciso que seja estruturado legalmente o processo de inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais, ou seja, de crianças que necessitam de uma atenção voltada para eles para ajudá-los em suas dificuldades sejam elas motoras ou intelectuais. Além disso, é necessário que a instituição possua uma estrutura adequada para fornecer as diferentes modalidades de práticas de exercícios para crianças com TEA, o que é muito difícil no contexto das escolas.

Freitas (2002, p.302) explica que

As dificuldades para a melhoria da qualidade na escola advém da própria concepção de escola que se tem e de como se concebe a possibilidade de aumentar essa qualidade atualmente: por adição de controle sobre a escola (especialistas supervisionando professores, controle do currículo, avaliação interna e externa) e por adição de tecnologia (treinamento, equipamentos, infraestrutura etc.). Esta é a forma mais “avançada” pela qual o capitalismo consegue imaginar a “escola de qualidade”. Ela é herdeira de como ele vê a melhoria nas outras instituições sociais, em especial nas empresas – troca da base tecnológica e da forma de gestão da força de trabalho.

Porém, nos dias atuais ainda existe certa resistência no que se refere à educação especial, ou seja, a inclusão. Mas, em meio a esse obstáculo, o que realmente importa é a oferta de uma educação de qualidade a todos os educandos, mesmo que ainda não haja um consenso sobre o local e a forma de fazê-lo. Sendo assim, é necessário que a escola capacite seus professores a adaptarem de uma forma ampla para lidar com esse desafio.

De forma geral, Freitas (2002, p.319) coloca que

A escola continua sendo um espaço de luta que, entretanto, não pode ser ocupado ingenuamente com o espírito de “fazer justiça com as próprias mãos” e promover equidade, sem levar em conta as relações que se estabelecem entre a escola e a sociedade. Significa, ainda, que as modificações desejadas na escola devem estar ancoradas nos movimentos sociais que lutam pela emancipação do homem, e não nas necessidades que o sistema capitalista tem de adequar a escola à lógica da reestruturação produtiva. Nesse processo cumpre papel esclarecedor a concepção de sociedade e de educação que está por trás das propostas educacionais. É preciso conhecer os limites da escola para poder explorar melhor suas possibilidades.

Todavia, é notório o desafio de escolarização inclusiva quando se trata de crianças com TEA, devido às manifestações comportamentais presentes. Portanto, é preciso aprofundar nesse assunto de forma que contribua para elaboração de políticas públicas mais eficazes. O estudo de Barbosa salienta que

A educação para todos não é uma bonificação do Estado e sim uma necessidade dele para formar mão de obra qualificada para atuar no mercado de trabalho. Inclusive as pessoas com deficiência adentram a escola, não para terem acesso ao conhecimento e assim tornarem – se cidadãos melhores, mas sim para serem capacitados em algum ofício. [...] Para o Estado é mais rentável educar e oportunizar o aprendizado de um ofício para as pessoas com deficiência do que deixá-los em casa, dito que esses não serão produtores, nem consumidores e ainda dificultarão que sua família atue no mercado de trabalho. [...] Por vezes, no campo educacional é mencionado a educação como benfeitoria do Estado, quando na realidade o ideário neoliberal visualiza o indivíduo relacionado ao quanto ele é capaz de consumir e/ou produzir. Tal exposição vai ao encontro do fato de que a educação do público alvo da educação especial inicialmente, em nosso país, esteve à mercê desse Estado e assim possibilitou o desenvolvimento da iniciativa privada nessa área, quer seja a particular ou a filantrópica (BARBOSA, 2018 p.49).

Assim, a educação especial passou a se concretizar através da intervenção dos pais que buscavam a melhor educação para seus filhos. Assim, é necessário mencionar que a família é a base de tudo e a mesma se constitui no primeiro contexto relacional de um indivíduo e, por isso, possui extrema importância na formação de personalidade do ser humano. A princípio, muitas das vezes, um membro autista por gerar impacto na família, vai depender de uma complexa interação entre a gravidade dos sintomas da criança e as características psicológicas dos pais.

Os pais de uma criança autista, comumente pensam em desenvolver estratégias para lidar com as dificuldades dessas crianças tais como: negação ativa, foco no problema, pensamento positivo e religiosidade. Os pais de crianças autistas diagnosticadas com tal síndrome lidam com preocupações precoces tais como comportamento social, comunicação e modo de brincar manifestadas já nos primeiros anos iniciais de vida.

De acordo com Araújo (2009, p.127)

[...] o autista possui alterações no desenvolvimento cognitivo, social e comportamental, no qual afeta também a linguagem e a comunicação verbal e não verbal do indivíduo, o que implica na reciprocidade durante a interação social. Dessa maneira, eles necessitam de uma mediação maior e é através do diálogo com o educando que devemos traçar estratégias que permitam a inserção no processo de ensino e aprendizagem.

Desse modo, esse estresse familiar relacionado ao TEA acaba por influenciar os impactos sobre os envolvidos que se preocupam e lidam com esse fato e, no que se refere a esse impacto, observa-se um nível de estresse mais agudo nas famílias que possuem crianças autistas com outras alterações de desenvolvimento mais graves, sendo preciso procurar pessoas que sejam especializadas, sem contar que a modalidade de comprometimentos, em especial as restrições referentes à interação social, levam a uma sobrecarga para os cuidadores, o que acaba potencializando com mais força o estresse familiar.

Portanto, esse lado afetivo familiar no que diz respeito à criança com TEA é variável. Há famílias que aceitam com mais facilidade o TEA e buscam um tratamento especializado que ajude a criança a se desenvolver melhor, para que a mesma possa ter um melhor comportamento social, comunicação ativa dentre outros benefícios para a criança, levando a ter um laço familiar mais harmônico. Outras já encaram o fato com mais dificuldade, necessitando de uma assistência mais especializada para lidar com as necessidades dessa criança (OLIVEIRA, 2015).

Vale ressaltar que, através de uma boa convivência familiar com boa estrutura afetiva, a criança tende a desenvolver com mais ênfase gerando resultados positivos no que diz respeito ao seu neurodesenvolvimento psicomotor. Porém, as crianças com TEA são capazes de superar de forma gradativa as suas limitações através da persistência, mas, também através do conhecimento das dificuldades que caracterizam esse transtorno (OLIVEIRA, 2015).

Este processo ajuda inclusive no aumento da autoestima dos pais e familiares, já que quando eles percebem os alunos executando exercícios complexos e participando de brincadeiras que antes eram objetivos inimagináveis isso gera uma grande satisfação deixando-os felizes em ver os limites serem quebrados. Os ganhos gerados por uma aula inclusiva são uma excelente estratégia para diminuir a ajuda motora e consequentemente contribuir para um indivíduo com maior independência (OLIVEIRA, 2015).

Além disso, o desenvolvimento de habilidades como andar de bicicleta, equilibrar-se, escalar, chutar e arremessar devem sim ser encaradas com grande valor. Apesar de parecerem simples, elas ajudam o aluno a ter mais iniciativa em sua vida e, com o repertório que a educação física bem direcionada pode proporcionar, colabora para a criança realmente cumprir sua principal função na infância, que é o brincar.

Entende-se então que Escola e Família precisam estar interligadas para que ocorra o bom desenvolvimento da criança que possui TEA. Ainda seguindo o estudo de Barbosa (2018) é possível entender que em relação à educação

Quando pensamos em educação na escola regular, é preponderante falar sobre os papéis profissionais dos integrantes da comunidade escolar, da formação inicial e continuada e do papel social da escola. A legislação prescreve que a educação brasileira voltada ao público alvo da educação especial deve ocorrer em escola regular e que o estudante deve frequentar a sala de aula e quando necessário utilizar os serviços do AEE e do profissional de apoio escolar. Tais serviços podem ser imprescindíveis para o desenvolvimento acadêmico do estudante com TEA. É importante expor que esses serviços não se materializam em todas as escolas em âmbito nacional. Há escolas que sequer possuem AEE e/ou os profissionais de apoio escolar. O que acontece na realidade brasileira difere nas diversas escolas de âmbito municipal e estadual quanto ao atendimento educacional ofertado a diversidade de estudantes que ingressam na escola pública. Quando há realização desses serviços na realidade dos estudantes com TEA, há também hiatos e inúmeras dificuldades atrelados a eles (BARBOSA, 2018 p.51).

Diante dessa realidade, é importante compreender que com a ajuda dos pais, esse apoio que é tão importante para a criança com TEA na escola, pode acontecer mesmo que ele ainda não seja capaz de possibilitar todo o desenvolvimento que essa criança precisa, mas já serve como um apoio para que os pais possam ficar mais tranquilos.

**3. PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS COM TEA**

Este capítulo objetiva abordar quais as práticas de Educação Física podem ser mais benéficas para crianças com Transtorno do Espectro Autista, entendendo quais as dificuldades que os pais encontram ao visarem incluir os filhos nessas práticas.

**3.1 Metodologia utilizada e discussão**

A metodologia de pesquisa utilizada neste estudo foi a bibliográfica. Ela é um excelente meio para compor o conteúdo explorado com a intenção de trazer diferentes vozes que falam sobre a mesma temática.

As leituras realizadas dos trabalhos selecionados para compor o referencial teórico desta pesquisa, permitiram-nos perceber um viés de análise que procura evidenciar como ocorre a inclusão escolar de crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista. As bibliografias utilizadas foram buscadas na Biblioteca da FacMais, no acervo particular do professor-orientador, na biblioteca virtual e também em textos científicos da internet em plataformas digitais como o Google Acadêmico.

A pesquisa utilizou descritores como inclusão escolar, transtorno do espectro autista, educação física e inclusão, dentre outros. Como critério de exclusão foram deixados de lado artigos que mencionavam a importância da educação física de forma geral. A linha temporal engloba artigos que vão de 1998 até o ano atual.

**3.2 Dificuldades e soluções para a prática de esportes por crianças com TEA**

Como visto no estudo feito até aqui, a educação física é uma ferramenta que auxilia muito no desenvolvimento das habilidades de crianças que convivem com Transtorno do Espectro Autista, principalmente no que diz respeito às habilidades sociais e motoras delas. Ela contribui com a melhora tanto do condicionamento físico quanto da saúde das crianças.

Desse modo, considerando que o organismo é nutrido e ganha força através da alimentação, o corpo em sua forma geral é fortalecido através das atividades físicas, tais como esportes, dança, corrida, natação, caminhada, dentre várias outras possibilidades em se tratando das crianças com TEA, realizar exercícios como esses citados contribuem para superar as diferentes adversidades que surgem no equilíbrio dela, na coordenação motora e na flexibilidade.

Além disso, eles melhoram pontos como a resistência, a força, a flexibilidade, e ajudam na regulação do peso corporal. E, em se tratando dos aspectos comportamentais, é possível notar a diminuição de movimentos que são considerados estereótipos do autista, além da redução dos comportamentos agressivos que muitas vezes essas crianças possuem.

A falta dessas atividades na rotina da criança autista acaba por influenciar de forma negativa na autonomia dela para que ela consiga realizar atividades simples tais como caminhar e vestir uma roupa, por exemplo. Então, o que se percebe é que da mesma forma que o profissional de qualquer outra disciplina escolar precisa se atentar em ser um facilitador para que a criança no espectro autista assimilar os ensinamentos que são passados, o educador físico também precisa se empenhar para instruir e acompanha essa criança autista incluindo ela nas atividades realizadas durante as aulas de educação física.

É esse profissional que pode oferecer o suporte necessário para que seja feito o aproveitamento da melhor forma possível de cada atividade que a criança participe. Esse educador físico consegue ajudar tanto na escolha quanto na frequência ideal do exercício que melhor se enquadra no perfil da criança autista, considerando suas aptidões e limitações, provendo orientação física e verbal durante a condução do treinamento. É certo então que, a prática de exercícios físicos de forma regular, ainda mais quando começa desde a infância, seja ela da criança que está no espectro autista ou não, auxilia tanto na melhor da saúde dela quanto na sua qualidade de vida, o que consequentemente ajuda a reduzir o risco de doenças como obesidade, hipertensão, diabetes, depressão, entre outras.

Uma dificuldade que ocorre muito é em relação a dificuldade de [interação social](https://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/autismo/) que as crianças com autismo possuem, além da falta de espaços que sejam apropriados para se trabalhar com elas, e isso acaba induzindo muitos pais e mães a terem receio de inserirem a prática da atividade física na rotina dessas crianças.

Esse medo da não adaptação é muito comum, porém é preciso entender que o esporte é uma das melhores formas de incluir essas crianças nos espaços sociais comuns de interação, e consequentemente ajuda nos ganhos cognitivos, da coordenação motora e até mesmo da autoestima dela. Outro ponto que se torna uma dificuldade é em relação a saber qual esporte será mais eficiente para a criança, qual trará mais benefícios e será mais seguro. O importante é que o professor consiga mesclar os diversos tipos de esporte, para conseguir entender com qual cada criança mais vai se adaptar.

Em geral, quando se pensa na prática de exercícios físicos para crianças com autismo, ou com qualquer outro transtorno, o que mais vem em mente é a natação, já que, de modo geral, ele auxilia na melhora do sistema imunológico, além de orientar o equilíbrio, coordenação motora, entre outros. Contudo, existem diversas outras modalidades que podem ser incluídas na rotina de exercícios físicos da criança com TEA, tais como futebol e basquete, e até mesmo o hipismo que é menos comum.

O que se pode definir é que toda atividade física que o professor consiga incorporar nas aulas para incluir esses alunos com TEA trará ganhos específicos para elas além de ajudar na melhora de seus aspectos cognitivos e no condicionamento físico. As modalidades a seguir são excelentes opções para a criança com TEA, e é importante vale lembrar que, em geral, não há restrição para a prática de nenhum esporte, porém é sempre recomendado a supervisão pelo professor de educação física ou pelo profissional capacitado para que a criança seja incluída e instruída de modo adequado.

**3.2 – Benefícios da natação para crianças com TEA**

A natação é com certeza um excelente esporte para ser incorporado na prática de exercícios da criança com TEA. Além dele trabalhar o condicionamento motor, ele ajuda a fortalecer o aparelho cardiorrespiratório. A natação para crianças com TEA é um possível tratamento complementar de reabilitação física e mental. O uso da natação na reabilitação física decorre dos movimentos dos nados. Esses movimentos geram uma semelhança com os movimentos básicos que realizamos no dia a dia como caminhar, levantar os braços, etc (TEIXEIRA, 2009).

Essa prática se torna, portanto, um excelente trabalho de conhecimento do próprio corpo da criança, já que exige um trabalho completo de movimentação dele, desenvolvendo assim uma coordenação física mais controlada, uma postura melhor, melhora na flexibilidade, equilíbrio e ritmo, além de favorecer muito a autoaceitação (TEIXEIRA, 2009).

Nas aulas de natação para crianças com autismo, o foco é sempre entender as dificuldades de cada uma, a fim de trabalhar mais esses pontos, porém respeitando seus limites e explorando outras habilidades. Em relação a melhor idade para começar a nadar, alguns especialistas indicam iniciar o esporte antes ou a partir de seis meses, outros indicam esperar pelo menos até os dois anos de idade. Como cada caso tem suas particularidades, é mais indicado que os pais conversem com um pediatra antes de iniciar a natação, já que pode existir outras condições de saúde envolvidas, como alergias por exemplo.

De acordo com o estudo de Ozonoff (2005), o processo de aprendizagem na educação física, quando têm a natação envolvida, se transforma numa disciplina muito boa de ser ensinada e assimilada pelas crianças com autismo. Esse esporte ajuda a controlar a respiração, a desenvolver o respeito pelos limites do corpo, desenvolve a coordenação de movimento conjunto dos grupos musculares, além de ser um agente facilitador no processo de socialização da criança com TEA, ponto muito importante a ser desenvolvido.

Na prática da natação, tanto nas aulas de Educação Física regular quanto englobada em alguma modalidade fora da escola, as crianças com TEA conseguem realizar ações motoras intencionais estabelecendo a propulsão na água, através das técnicas alternadas da natação, que consequentemente levam à ação de conseguir nadar. Pode ser mencionado como benefício da natação o efeito na melhoria do humor e na motivação das crianças com TEA, que é altamente significativo (GALLAHUE, 2007).

Nota-se então que a natação nas aulas de educação física, além de ser benéfica para as crianças com TEA por ajudar no desenvolvimento de fatores psicomotores, perceptivo motor, afetivo e social, demonstra ser um elemento muito benéfico e facilitador da aprendizagem da mesma. Além disso, o ambiente aquático acaba por proporcionar muitas experiências e vivências novas e diversificadas, que favorecem a percepção sensorial e motora da criança com TEA, auxiliando no desenvolvimento e melhora das capacidades psicomotoras (BOSA, 2006).

**3.3 – Futebol e basquete para crianças com autismo**

Esportes coletivos, tais como futebol e basquete, assim como a natação, são excelentes para crianças com TEA, justamente pelo fato de promoverem a socialização ao longo do tempo, o que ajuda muito na integração delas com os as outras crianças que participam. O estudo de Betti, (1998, p. 25)

O esporte é a forma mais rica e adaptada ao nosso tempo de um tipo de experiência de base, carnalmente vivida, que permite construir, pela prática e pela reflexão, uma ética de saúde global. O esporte é atividade de cultura, na medida em que a noção formal de equilíbrio entre corpo e espírito é substituída pela de convergência de todas as tentativas educativas (pois elas tendem para um objetivo único e põem em movimento a totalidade dos poderes humanos). O esporte é cultura porque há cultura onde se encontra, ao mesmo tempo, possibilidade de desenvolvimento pessoal e participação numa prática social significativa. O esporte é um instrumento de cultura e de libertação do homem moderno na medida em que desempenha a função biológica de preservação da saúde e a função sociocultural de comunicação, participação e expressão. O esporte é o fenômeno sociocultural mais importante de nossa época, e é tão urgente aprender a posicionar-se diante dele quanto em relação aos meios de comunicação de massa. Introduzir o esporte na escola, assim como as novas tecnologias pedagógicas, audiovisuais ou informática, é fazer viver a escola com o seu tempo (BETTI, 1998, pg. 25).

Em se tratando do âmbito físico, as práticas desses dois esportes ajudam no desenvolvimento motor da criança, o que provoca uma maior noção espaço bem como de tempo através da percepção, por exemplo, de que ela vai precisar chutar com mais força para a bola chegar ao outro lado do campo ou que ela precisa mirar na cesta para conseguir acertar a bola.

Dessa forma, com o passar do tempo, a criança consegue desenvolver vários aspectos nos quais comumente teria dificuldades, tais como dimensões de lateralidade e controle de força, usados tanto no futebol quanto no basquete. Outro ponto necessário na prática desses esportes é que eles ensinam questões da vida cotidianas tais como respeito às regras e a ideia de saber ganhar ou perder, as crianças aprender a lidar com as frustrações e também comemoram ao fazer um gol ou acertar uma cesta, o que se torna uma conquista importante e motivacional para a criança com TEA.

O que se nota nos últimos anos é um aumento expressivo na quantidade de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autismo, um transtorno do desenvolvimento que, segundo o DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), afeta diretamente nas áreas de interação e comunicação social e também nos padrões de comportamento da criança em relação ao seu convívio social.

Com o passar dos anos, e com a evolução tanto da tecnologia quanto dos estudos acerca dessa temática, essas crianças não precisam mais frequentar unicamente escolas especiais, passando então a ocupar o seu espaço nas escolas de ensino regular, garantindo a integração da mesma através de um acompanhamento apropriado e atenção de equipe especializada para que ela consiga se adaptar.

Com esse ingresso no ensino regular, essas crianças com TEA logo passaram a frequentar as quadras nas aulas de Educação Física e também nas de natação, de futebol, escolinhas esportivas, entre outras modalidades. Assim as pessoas, principalmente as famílias que possuem uma criança com TEA puderam entender que o esporte é capaz de trazer benefícios mais rápidos e eficientes do que outros tratamentos alternativos conseguem atingir. Porém, o professor de educação física que lida com crianças que apresentam esse transtorno do espectro autista deve estar preparado para atender este público.

Normalmente as aulas de educação física, seja qual for o exercício utilizado, são realizadas com a participação de várias pessoas e o professor precisa saber alinhar tanto os benefícios do exercício utilizado quanto às relações interpessoais. Como já citado anteriormente nesse estudo, a interação social é prejudicada na criança que apresenta o TEA e para isso se pode enfatizar que para um exercício ser mais atrativo e eficiente, ele precisa acontecer com outras pessoas.

É importante salientar que o TEA afeta diretamente o sistema nervoso central e suas funções e que não há cura para a condição. Porém, diagnosticar precocemente esse transtorno e proporcionar à criança o acompanhamento com terapias comportamentais, educacionais e familiares adequadas diminui de forma expressiva a gravidade dos sinais para que a criança possa se desenvolver e aprender a superar suas limitações.

Um dos maiores benefícios da prática de esportes de forma geral para os autistas é a oportunidade que a criança tem de transpor as barreiras da interação social. Além disso, essa prática promove a evolução das habilidades físicas, cognitivas e mentais, além de possibilitar a inclusão dela, já que os esportes, em sua maioria, são praticados em grupo. É expressiva a melhora da coordenação motora e da autoestima da criança quando as atividades físicas fazem parte da sua rotina. Além de melhorar o desenvolvimento cognitivo, físico e emocional, elas auxiliam a autoconfiança da criança e sua interação social.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retomando o problema desta pesquisa de entender como pode ser feita a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista é possível entender que, seja o professor ou mesmo um terapeuta que lida com a criança com TEA precisa aprender a analisar quais são as prioridades dela e pensar em estratégias criativas para que essa criança possa ter uma vida normal já que o autismo tem seus padrões, porém um mesmo método não funciona com todos, justamente por causa da individualidade que cada pessoa possui para aprender e até mesmo por conta do histórico de vida de cada uma.

É importante frisar nessa conclusão que, a dificuldade de inclusão que a escola possui em relação aos alunos com TEA nas aulas de educação física por causa do olhar de que a disciplina serve apenas para o condicionamento físico precisa ser superado. Os professores precisam perceber que o movimento como ferramenta principal das aulas possibilita muitas oportunidades para a adaptação e inclusão do aluno com TEA, e quando isso não é observado, o mesmo acaba perdendo a chance de ampliar as aquisições de habilidades motoras e sociais que o ajudariam bastante.

Por isso, a Educação Física se torna ainda mais importante quando se pensa na inclusão de autistas. Os pais enfrentam barreiras para encontrar modalidades e professores que possam, além de aceitar essa criança, observar com atenção suas potencialidades. É necessário compreender também que o autismo tem suas particularidades e que, em relação às crianças típicas, os parâmetros para lidar com essa criança são diferentes, mas que isso não significa incapacidade de evoluir.

Quando se nota as características do autismo que impactam na dificuldade da comunicação e interação social, as pessoas acabam por correrem o risco de fixar os pensamentos apenas nesses aspectos tornando o problema ainda maior. Mas, quando a família encara a atividade física como estratégia para adaptação e ampliação do aprendizado, ocorre a valorização das infinitas possibilidades que o movimento oferece, dando espaço para um campo de atuação para os professores que têm esse engajamento para lidar com o TEA.

Não se pode esquecer que os problemas que a criança com TEA pode ter em relação à comunicação e interação precisa fazer parte dos objetivos de melhoria do professor de educação física. Melhorar a condição corporal é um dos caminhos para melhorar a comunicação e a interação de forma global e, desta forma, contribuir para que a criança se desenvolva mais interativa em seu meio social.

Neste caso, apesar de o exercício servir como elemento base, o foco do trabalho ainda é desenvolver a criança nos aspectos cognitivos e sociais. Isso não muda quando se lida com crianças atípicas, já que qualquer pessoa pode precisar de adaptações, mesmo que mínimas, para facilitar uma aprendizagem específica.

Conclui-se então que a criança que apresenta o Transtorno do Espectro Autista pode sim ser incluída nas aulas de Educação Física levando em conta que o professor seja capacitado para lidar com essa situação e consiga trabalhar com diferentes modelos de atividades a fim de ajudar a desenvolver todas habilidades possíveis de cada criança, sempre considerando a individualidade de cada uma.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, C. M. **A prática docente inclusiva. In:** Múltiplos olhares sobre a inclusão.Martins, L. A. R.; SILVA, L. G. S. (Org.). – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. Disponível em: <https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/13613>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BARBOSA, M. O. **Estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na Escola:** desafios para a ação educativa compartilhada. Tese (doutorado) UFSC, 262f. 2018. Disponível em: [BARBOSA \_Marily Oliveira \_tese.pdf (ufscar.br)](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10677/BARBOSA _Marily Oliveira _tese.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 09 mai 2022.

BARDY, L. R. et al. **Objetos de Aprendizagem como recurso pedagógico em contextos inclusivos:** subsídios para a formação de professores a distância. Revista Brasileira de Educação Especial. 2013, v. 19, n. 2, pp. 273-288. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000200010>>. Acesso em Maio de 2022.

BERNARDO SILVA, M. CAVAZOTTI, M. A. **Contribuições da educação física escolar para o desenvolvimento psíquico do ser humano:** Primeiros Apontamentos. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 12, n. 2, p. 689-707, 2017. Disponível em:<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/8298/6560/27267>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BETTI, Mauro. **A janela de vidro:** Esporte, televisão e educação física. Campinas SP: Papirus, 1998. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/73/o/Texto_112_-_A_janela_de_vidro_Esporte__Televis__o_e_Educa____o_F__sica_-_Mauro_Betti.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022

BOSA, C. A. **As relações entre Autistas e atividade física, Comportamento Social e Função Executiva**. Vol . 14, Ed.: Supl I, p. 281-287, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/NNgZJzt3scm9TN8bGFSkKLt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**.

FERRARO, A. R. **Escolarização no Brasil na ótica da exclusão.** In: MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández. Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural. Porto Alera: Artmed, 2004.

FREITAS, L. C. **A Internalização Da Exclusão**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 299-325. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/BBTXBmMzZdKRNP9wQFgCPyN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

GATTI, Bernadete A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil na última década.** Revista Brasileira de Educação, nº 37, p. 57-70, jan./abr. 2008.

GALLAHUE, D. **Autism: Explaining the enigma.** Oxford: Black Well, p. 54-57, 2007. Disponível em: <https://www.ama.org.br/site/wp-content/uploads/2017/08/CompreendamelhoroautismopormeiodeumclassicodeUtaFrith.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022

Julio-Costa, A. & Antunes, A. **Transtorno do Espectro Autista na prática clínica.** T São Paulo: Pearson Clinical, 2017.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer?. São Paulo : Moderna , 2003. Disponível em: <[Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer? (ufg.br)](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUSÃO-ESCOLARMaria-Teresa-Eglér-Mantoan-Inclusão-Escolar.pdf)>. Acesso em 06 mai 2022. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUSÃO-ESCOLARMaria-Teresa-Eglér-Mantoan-Inclusão-Escolar.pdf). Acesso em: 05 abr 2022

MELLO, L. A.; FIORINI, M. L. S.; COQUEIRO, D. E. **Benefícios Da Educação Física Escolar Para O Desenvolvimento Do Aluno Com Transtorno Do Espectro Autista Na Percepção Dos Professores.** Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt., Marília, v.20, n.1, p.81-98, Jan. - Jun., 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/9696>. Acesso em: 02 mai. 2022

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. **Formação de profissionais da educação:** visão crítica e perspectiva de mudança. Educação & Sociedade, ano XX, n. 68, Dezembro/99, p. 239-277.

OLIVEIRA, A. C. **O Papel Da Família No Processo De Inclusão Escolar Do Aluno Com Transtorno Do Espectro Autista.** Universidade de Brasília – UnB Instituto de Psicologia – PED Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Brasília, 2015. Disponível em:<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15065/1/2015_AndreiaCosmeDeOliveira_tcc.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022

OZONOFF, A. **Exercícios na Água.** São Paulo: Manole, 3ª ed; p. 11, 2005.

PROENÇA, H. D.M., SANTOS, M. S. **Educação Física, Tea E Inclusão Escolar:** Percepção Dos Alunos Do Último Ano De Licenciatura Em Educação Física Da Fait Sobre O Tema. Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da Fait. V. 16 n. 2. novembro, 2020. Disponível em:<http://fait.revista.inf.br/site/>. Acesso em: 05 mai. 2022

SANTOS, R. V**. A escolarização de crianças com transtorno do espectro autista:** uma possibilidade de emancipação. Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2016. 186 f. Disponível em: [https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1565/2/R%C3%A9gia%20Vidal%20dos%20Santos.pdf](https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1565/2/Régia Vidal dos Santos.pdf). Acesso em: 30 abr. 2022

SOUSA, F. G. **Educação especial e natação inclusiva.** São Paulo: Manole, 1ª edição, p.19, 2014.

TEIXEIRA, L. R. **Efeitos da atividade física.** São Paulo: Escola de Educação Física da USP, p. 72, 2009.